



**casadesarmento**

centro de estudos do património

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## SEARA HISTÓRICA.

PASSOS, Carlos de

Ano: 1924 | Número: 34

---

### Como citar este documento:

PASSOS, Carlos de, Seara histórica. *Revista de Guimarães*, 34 (1) Jan.-Mar. 1924, p. 36-49.

---

Casa de Sarmento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51

4800-432 Guimarães

E-mail: [geral@csarmento.uminho.pt](mailto:geral@csarmento.uminho.pt)

URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## CEARA HISTÓRICA

De mui reparo é o ver-se que num país de tantos e bons cultores de estudos históricos sempre minguará por completo aqueles subsídios de trabalho que poupam tempos preciosos no averiguar de coisas mínimas, que forram o escritor a canseiras fastidiosas no coligir de coisas secundárias, acessórias, duma obra em laboração. Isto se adita relativamente à falha lastimosa de bibliografias gerais e especiais, de *vade-mecums*, de colectâneas de efemérides e de registos-guias em séries da historiografia nacional, de sorte que haverá cada obreiro da escabrosa labuta histórica de fazer para seu uso essas tais colecções, a par e passo de suas leituras e buscas, com grande dano da utilidade do tempo e dos trabalhos em preparação. Abrir-se-há, porém, dispensa nesta arguição a prol da *Revista de História* e dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, porquanto estas publicações já teem dado, no campo bibliográfico, algum remédio a esta pobreza susodita.

Com maçadas que farte já eu hei amontoado nuns canhenhos boa carrada de notas e apontamentos do mais lato matizado histórico e, agora, folheando-o em jeito expurgatório, lembrou-me — uma vez que não peço por egoísta — a ideia de amaltar uns tantos e pô-los a correr mundo na letra redonda pelo bom desejo de poderem ser úteis a qualquer.

E, assim, ei-los abaixo transcritos, baralhados, a esmo. Nem doutra maneira podia ser, a considerar o pouco número e a larga variedade dêles. De resto, não é meu alvo o fazer seriada, mas tam sòmente o de dar umas achêgas ao que lhe apeteça tapar as lacunas supra-citadas da nossa historiografia. E dos interessados muito louvado será.

Dum somenos merecimento, pois, será êste trabalho respigador. Mas valha-me, aldemenos, ao fraco valor da essência, o são valor do intento.

Os *procuradores dos concelhos* ou do povo tomaram pela primeira vez assento em côrtes gerais nas de Leiria, de 1254, por ordem de D. Afonso III. Até aí o povo não tinha representação nas côrtes. Cada concelho elegia dois procuradores de entre os melhores dos seus homens-bons.

O *placet* régio sôbre as bulas, breves e mais escritos da côrte papal foi instituído por D. Pedro I.

O título de *rei dos Algarves* foi tomado por D. Afonso III; o título pomposo de *rei de Portugal e Algarves, de aquêm e de além-mar em África, senhor da Etiópia, Guiné, etc.*, tomou-o D. Manuel, em 1500.

Leiria foi das primeiras terras portuguesas que teve *tipografia* e nela, fins do século 15, se estampou o célebre Almanaque de Zacuto.

A *tipografia* foi introduzida em Portugal pelos judeus, visto que são de sua autoria as primeiras obras impressas. Depois vieram os alemães.

As *sibilas* foram 13. Como falavam por inspiração sobrenatural, faziam extraordinárias profecias. 1.<sup>a</sup> *Persica*. Escreveu 80 livros. Aos 30 anos profetizou o parto de uma virgem ficando sempre virgem e a salvação da humanidade, livre do demónio, por êsse menino parido. 2.<sup>a</sup> *Lybica*. Aos 24 anos profetizou a encarnação do filho de Deus, sua paixão e morte. 3.<sup>a</sup> *Delphica* ou *Themis*. Viveu antes da guerra de Tróia e profetizou tudo o que nela aconteceu. 4.<sup>a</sup> *Samia* ou *Crophila*. Profetizou a vinda de Cristo. 5.<sup>a</sup> *Hellesponciaca*. Profetizou o nascimento de Cristo. 6.<sup>a</sup> *Cumea*. 7.<sup>a</sup> *Erythrea* ou *Eriphile*. 8.<sup>a</sup> *Cumana*. 9.<sup>a</sup> *Phrygia*. Profetizou o dia de juízo. 10.<sup>a</sup> *Tiburтина*. 11.<sup>a</sup> *Cymeria*. 12.<sup>a</sup> *Europa*. 13.<sup>a</sup> *Egyrcia*.

A extinção das *ordens religiosas* e o encerramento de tôdas suas casas onde vivessem membros seus deve-se ao decreto de 28-Maio-1834, de Joaquim A. de Aguiar e D. Pedro de Alcântara. Os conventos, colégios, hospícios e anexos com todos seus bens passavam à posse dos Próprios da Fazenda Nacional.

A *Companhia de Jesus* foi criada por bula de Paulo III, de 27-Setembro-1540; foi extinta em 21-Julho-1773 por bula de Clemente XIV. De Portugal foi expulsa em 3-Setembro-1759 por decreto de D. José.

A *expulsão dos judeus* foi ordenada por carta régia de D. Manuel I, de 5-Dezembro-1496.

Os primeiros *autos de fé* na Península realizaram-se em Espanha, em 1481.

As *açafatas e damas de honor* começaram no tempo de D. Leonor, mulher de D. João II.

As vestes brancas dos bispos indicam vida sem mancha; a mitra de duas pontas representa a sciência do Velho e Novo Testamento; as luvas são o emblema do desinterêsse nas funções sagradas do seu ministério; o báculo é o sinal do pastor guardando as ovelhas; a cruz define a renúncia das paixões do mundo.

A sotaina purpúrea dos cardeais figura o amor ardente a Deus; o roquete simboliza a inocência de costumes; o manto assinala a vasta caridade gasta por todos os necessitados.

A *orla dos castelos* à voíta do escudo das quinas foi tomada por D. Afonso III.

*Peregrinos*: vestiam opa de burel apertada na cinta por um cinto de couro; rosário pendurado; às costas a sacola das provisões; chapéu de abas largas, com a aba dianteira levantada. A's vezes levavam um bordão ôco, como flauta, e tocavam nêle ou por distracção ou para colherem pão e esmolas. Quando iam à Terra Santa chamavam-se *palmeiros*, por causa das

palmas trazidas do regresso e colhidas em Jericó. E se iam a Roma tinham o nome de *romeiros* e levavam nos roquetes as chaves desenhadas. Os de S. Tiago levavam uma concha no chapéu.

*Cidades e vilas com assento em Côrtes:*

1.º banco — Pôrto, Évora, Lisboa, Coimbra, Santarém, Elvas; 2.º — Tavira, Guarda, Viseu, Braga, Lamego, Silves; 3.º — Lagos, Faro, Leiria, Beja, Guimarães, Extremoz, Olivença; 4.º — Portalegre, Bragança, Tomar, Montemor Novo, Covilhã, Setúbal, Miranda; 5.º — Ponte do Lima, Viana, Vila Real, Moura, Montemor Velho; 6.º — Sintra, Tôrres Novas, Alenquer, Óbidos, Alcácer, Almada; 7.º — Niza, Tôrres Vedras, Castelo Branco, Aveiro; 8.º — Mourão, Serpa, Vila do Conde, Trancoso; 9.º — Aviz, Arronches, Pinhel, Abrantes, Loulé; 10.º — Alter do Chão, Freixo d'Espada à Cinta, Valença, Monsão, Alegrete; 11.º — Castelo Rodrigo, Castelo de Vide, Penamacor, Marvão, Certã; 12.º — Crato, Fronteira, Monforte, Veiros, Campo Maior; 13.º — Caminha, Moncorvo, Castro Marinho, Palmela, Cabeço de Vide; 14.º — Barcelos, Coruche, Monsanto, Gravão, Panoias, Ourém; 15.º — Arraiolos, Ourique, Albufeira, Borba, Portel; 16.º — Atouguia, Monsaraz, Vila Viçosa, Penela, S. Tiago de Cacém; 17.º — Viana de Evora, Vila Nova da Cerveira, Pôrto de Moz, Pombal; 18.º — Alvito, Mértola.

A *tafolagem* pública e secreta foi proibida a primeira vez por D. Afonso IV.

Os *comendadores professos de Cristo* não podiam casar. Valeu-lhes D. Manuel I arranjan-do-lhes a licença precisa.

As *ciudades portuguesas* mais antigas são tôdas providas de sés episcopais: Braga, Coimbra, Evora, Lamego, Lisboa, Pôrto e Viseu. De criação medieval são Guarda e Silves.

Dos *livros* mais antigos impressos em Portugal, com estampas abertas em madeira, contam-se a *Vita Christi* (a primeira obra impressa no país), de 1495,

impressores Valentim Fernandes de Morávia e Nicolau de Saxónia; a *Historia de Vespasiano*, de 1496, impressor o mesmo Valentim; os *Evangelhos e Epistolas*, de 1497, impressor Rodrigo Álvares.

A expedição de *cartas de cidade* começou em 1464 pela de Bragança, concessão de D. Afonso V, tendo-se mantido até agora, pois a última é a de Abrantes, de 1916. As intermédias foram: Elvas, 1513, por D. Manuel I; Tavira, 1520, idem; Beja, 1521, idem; Faro, 1540, por D. João III; Leiria, 1545, idem; Miranda, 1545, idem; Portalegre, 1550, idem; Lagos, 1573, por D. Sebastião; Lisboa oriental e ocidental, 1717, por D. João V; Aveiro, 1759, por D. José; Penafiel, 1770, idem; Pinhel, 1770, idem; Castelo Branco, 1771, idem; Portimão, 1773, idem; Tomar, 1843, por D. Maria II; Viana do Castelo, 1848, idem; Guimarães, 1853, idem; Setúbal, 1860, por D. Pedro V; Santarém, 1868, por D. Luís; Covilhã, 1870, idem; Figueira da Foz, 1882, idem.

O primeiro *luto preto* tomou-se em Portugal à morte de D. Isabel, filha de D. Manuel I, mulher de Carlos V. Até então o luto era de burel branco, o que D. Manuel proibiu por ordenação de 17-Outubro-1499, de Beja.

O *Desembargo do Paço* pròpriamente dito foi obra de D. João II para tratar apenas dos negócios do paço, visto que até então o *Desembargo e Petições* criado por D. Afonso V, em substituição do *Desembargo de el-rei e do conselho* de D. João I, tratava de todos os negócios.

A *Mesa da Consciência* teve por fundador a D. João III.

O *imposto do sêlo* foi criado em Março de 1797.

O *papel selado* teve origem no regimento de 24-Dezembro-1660 e começou a empregar-se em 1-Fevereiro-1661 por decreto de 28-Janeiro-1661.

Os *livros litúrgicos* abrangem três categorias: *Missal* (os da celebração da missa), *Breviário* (os dos ofícios divinos ou horas canónicas), o *Ritual* (os dos sacramentos, bênçãos, funerais, procissões, etc.).

*Viso-reis e governadores da Índia:*

Viso	D. Francisco de Almeida	Gov.	António Moniz Barreto
Gov.	Afonso de Albuquerque	»	D. Diogo de Menezes
»	Lopo Soares	Viso	D. Luís de Ataíde
»	Diogo Lopes de Sequeira	Gov.	Fernão Teles de Menezes
»	D. Duarte de Menezes	Viso	D. Francisco Mascarenhas
Viso	Vasco da Gama	»	D. Duarte de Menezes
Gov.	D. Henrique de Menezes	Gov.	Manuel de Sousa Coutinho
»	Lopo Vaz de Sampaio	Viso	Matias de Albuquerque
»	Nuno da Cunha	»	D. Francisco da Gama
Viso	D. Garcia de Noronha	»	Aires de Saldanha
Gov.	D. Estêvão da Gama	»	D. Martim Afonso de Castro
»	Martim Afonso de Sousa	Gov.	D. Frei Aleixo de Menezes
Viso	D. João de Castro	»	André Furtado de Mendonça
Gov.	Garcia de Sá	Viso	Rui Lourenço de Távora
»	Jorge Cabral	»	D. Jerónimo de Azevedo
Viso	D. Afonso de Noronha	»	D. João Coutinho
»	D. Pedro Mascarenhas	Gov.	Fernão de Albuquerque
Gov.	Francisco Barreto	Viso	D. Francisco da Gama
Viso	D. Constantino de Bragança	Gov.	D. Frei Luís de Brito
»	D. Francisco Coutinho	Viso	D. Miguel de Noronha
Gov.	João de Mendonça	»	Pedro da Silva
Viso	D. António de Noronha	Gov.	António Teles da Silva
»	D. Luís de Ataíde	Viso	João da Silva Telo
»	D. António de Noronha	»	D. Filipe Mascarenhas.

A *Sociedade Real Marítima*, encarregada de levantar cartas hidro e geográficas e militares, foi criada em 30-Junho-1798.

As primeiras *côrtes gerais* reuniu-as D. Afonso II, em Coimbra, em 1211. As últimas convocou-as D. Pedro II, pró-forma, em 1697.

*Ordens militares.*

*Templo*, fundada pelos cruzados franceses, em 1118, em Jerusalém, e entrou em Portugal em 1128, dando-

-lhe D. Tareja o Castelo de Soure. Em 1319 D. Dinis transformou-a em ordem de *Christo*, após sua extinção por Clemente V, em 1312, ficando Tomar a ser sua sede. Por muito se haver tornado poderosa (a do Templo) nos estados europeus, temiam-na os reis. Por isso Filipe o Belo a perseguiu até obter do papa sua extinção. Sua balsa era bipartida em branco (misericórdia) e preto (morte), com a cruz vermelha ao centro e em redor a legenda: *Non nobis sed nomini tuo da gloriam*. Os freires só deviam pegar em armas pelo sangue, fé e lei de Cristo. Seguiam a regra de Santo Agostinho. — Passou a ordem honorífica em 1832 e 34 por decretos, mas a lei de 1910 e a Constituição republicana de 1911 aboliram-na. E' restaurada mais tarde por decreto de 1-Dezembro-1918.

*Malta*. E' oriunda da Palestina, de 1048 e em 1099 se estabeleceu em Jerusalém. E primeiro foi designada por *S. João de Jerusalém* ou do *Hospital*; depois foi de *Rhodes* e por fim de *Malta*, doando-lhe Carlos V esta ilha após sua expulsão de Rhodes por Solimão II, em 1530. Entrou em Portugal no princípio do reinado de D. Afonso I (1128?) assentando sede em Leça do Balio, que foi seu primeiro convento. Mais tarde a sede passou para Belver. Seguiam os freires a regra de Santo Agostinho. A insígnia era uma cruz branca de braços triangulares com base farpada. Ainda existe em Roma como ordem de caridade.

*Aviz*. Esta terra foi-lhe doada por D. Afonso II. A ordem derivou da de Calatrava, espanhola, à qual obedeciam os freires portugueses, conhecidos por freires de Évora. Estes podiam casar, porque o voto era de fidelidade conjugal e não de castidade.

*S. Tiago da Espada*. Espanhola de origem. Entrou em Portugal no tempo de D. Afonso I. O grão-mestre era espanhol, obedecendo-lhe os freires lusos. Também foram chamados *spatharios* e freires de Palmela.

Os livros de *registo baptismal* das freguesias foram de iniciativa do infante D. Afonso, filho de D. Manoel I, cardeal e arcebispo de Lisboa, que os criou em 1536. Depois o concílio de Trento mandou aplicar essa prática a todos os povos católicos. Foi, pois, Portugal o primeiro país que os usou.

*Condestáveis de Portugal.* Começou o officio de condestável no tempo de D. Fernando, em 1382, e acabou no de D. João IV. Mas não se prescindindo dêlê nalgumas funções maiores do reino, foi ressuscitado por diversas vezes pelo tempo somente dessas ceremonias. A-quando do juramento de D. João IV, exercitou-o o 3.º marquês de Ferreira, D. Francisco de Melo. No reinado de D. Afonso VI serviu de condestável o irmão D. Pedro. Nas côrtes de 1668, que proclamaram a regência de D. Pedro, desempenhou-o o 1.º duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo. Tanto no reconhecimento de D. João V como príncipe herdeiro como no seu juramento de rei, exerceu-o o irmão D. Francisco. Os condestáveis foram: 1.º D. Alvaro Pires de Castro, conde de Arraiolos, por mercê de D. Fernando; 2.º D. Nuno Álvares Pereira; 3.º Infante D. João, filho de D. João I; 4.º D. Diogo, filho do antecedente; 5.º D. Pedro, filho do regente D. Pedro; 6.º Infante D. Fernando, duque de Viseu, filho de D. Duarte; 7.º D. João, filho do duque de Bragança D. Fernando (o 1.º); 8.º D. Diogo, duque de Viseu, neto de D. Duarte por D. Fernando; 9.º D. Manuel, depois rei; 10.º D. Afonso, filho natural do duque D. Diogo, irmão de D. Manuel; 11.º D. Luís, filho de D. Manuel I; 12.º D. Teodósio, 5.º duque de Bragança, que recebeu o officio de juro e herdade; por isso o tiveram os seguintes duques de Bragança: D. João (o 1.º), D. Teodósio (o 2.º) e D. João (o 2.º), depois rei.

*Governadores do Brasil.* Até 1767 a sede foi na Baía; depois mudou-se para o Rio de Janeiro.

- 1 Tomé de Sousa, posse 1549
- 2 D. Duarte da Costa, 1553
- 3 Mem de Sá Barreto, 1558
- 4 Luís de Brito (na Baía) e António Salema (no Rio), 1572
- 5 Diogo Lourenço da Veiga, 1578
- 6 Manuel Teles Barreto, 1582
- 7 D. Francisco de Sousa, 1591
- 8 D. Diogo Botelho, 1602
- 9 D. Diogo de Menezes, 1608

- 10 Gaspar de Sousa, 1613
  - 11 D. Luís de Sousa, 1617
  - 12 Diogo de Mendonça Furtado, 1622
  - 13 Matias de Albuquerque, 1624
  - 14 D. Francisco de Moura Rolim, 1625
  - 15 Conde de Miranda, 1626
  - 16 Pedro da Silva, 1635
  - 17 Conde da Torre, 1638
  - 18 Marquês de Montalvão, 1640 (1.º Viso-rei)
  - 19 António Teles da Silva, 1642
  - 20 Conde de Vila Pouca, 1647
  - 21 Conde de Castel-Melhor, 1650
  - 22 Conde de Atougua, 1654
  - 23 Francisco Barreto de Menezes, 1657
  - 24 Conde de Óbidos, 1663 (2.º Viso-rei)
  - 25 Alexandre de Sousa Freire, 1667
  - 26 Visconde de Barbacena, 1671
  - 27 Roque da Costa Barreto, 1678
  - 28 António Sousa de Menezes (o Braço de prata), 1682
  - 29 Marquês das Minas, 1684
  - 30 Matias da Cunha, 1687
  - 31 António Gonçalves da Câmara Coutinho, 1690
  - 32 D. João de Lencastre, 1694
  - 33 D. Rodrigo da Costa, 1702
  - 34 Luís César de Menezes, 1705
  - 35 D. Lourenço de Almeida, 1710
  - 36 Conde de Castel-Melhor, 1711
  - 37 Marquês de Angeja, 1714 (3.º Viso-rei)
  - 38 Conde de Vimioso, 1718
  - 39 Conde de Sabugosa, 1720 (4.º Viso-rei)
  - 40 Conde das Galveas, 1735 (5.º Viso-rei)
  - 41 Conde de Atougua, 1749 (6.º Viso-rei)
  - 42 Conde dos Arcos, 1755 (7.º Viso-rei)
  - 43 Conde de Avintes e Lavradio, 1760 (8.º Viso-rei)
  - 44 Conde da Cunha, 1763 (9.º Viso-rei)
  - 45 Conde de Azambuja, 1767 (10.º Viso-rei)
  - 46 Marquês do Lavradio, 1769 (11.º Viso-rei)
  - 47 Luís de Vasconcelos e Sousa, 1779 (12.º Viso-rei)
  - 48 Conde de Rezende, 1790 (13.º Viso-rei)
  - 49 Marquês de Aguiar, 1801 (14.º Viso-rei)
  - 50 Conde dos Arcos, 1806 (15.º e último Viso-rei)
- 1808 — Chegada de D. João VI.

**Judeus e Mouros.** No tempo de D. Afonso IV os judeus usavam no vestuário um distintivo amarelo nos chapéus; os mouros, um sinal branco no turbante. Depois estes foram obrigados a usar as roupas de sua nação e os judeus, uma estrêla de seis pontas, vermelha, no fato.

Os toques de sinos dos conventos eram de seis espécies: *squilla* chamava os frades ao refeitório; *cymballum*, ao claustro; *nolla*, ao côro; *nonulla* dava as horas; *campana* tocava aos officios divinos; *signum* tangia os rebates. O dobre a finados era para rogar preces dos cristãos pelos mortos e para afugentar os espíritos maus de volta dos leitos.

**Grão-mestres do Templo:** Hugues de Paris, 1118; Robert de Bourguignon, 1136; Everard des Barres, 1147; Bertrand de Blanquefort, 1153; Filipe de Napolouse, 1168; Odon de S.<sup>t</sup> Amand, 1171; Arnaud de Toroze, 1179; Gerard de Riderfort, 1188; Robert de Sablé, 1191; Gilbert Horal, 1196; Filipe de Plessiez, 1201; Guillaume de Chartres, 1217; Pierre de Montaignu, 1219; Arnaud de Périgord, 1233; Guillaume de Ponnac, 1247; Rénaud de Vichiers, 1250; Tomás Beraut, 1250; Guillaume de Beaujeu, 1273; Lemoine Gaudini, 1291; Jacques de Molay, 1298.

A *Bíblia* ou Sagrada Escritura abrange o Novo e o Velho Testamento. O Velho contém 45 livros e o Novo, 27. Estes são os livros canónicos. Ao Velho pertencem o Peutateuco (Génesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuterónimo), o Livro dos Juizes, o dos Reis, o de Esdras, Neemias, Judite, Ester, Job, Paralipómenos, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Josué, etc. Ao Novo pertencem os Evangelhos (S. Mateus, S. Lucas, S. Marcos, S. João), os Actos dos Apóstolos, as 14 Epístolas de S. Paulo, as 7 Epístolas Católicas e o Apocalipse.

O *foral* mais antigo da Península é o Fôro ou Foros de Leão, doado por Afonso V de Leão, em 1020, no concílio de Trento.

O uso de *escudo de armas* nas famílias particulares começou na Alemanha e, depois, passou à França e Aragão. Este uso derivou do costume de se pôrem nos escudos de combate dos cavaleiros os símbolos nobiliárquicos da nobreza pessoal. No pontificado, Clemente II e Dâmaso II foram os primeiros papas que usaram escudo de armas.

Os *escudos nobiliárquicos* são de três ordens: de família, de dignidade eclesiástica, de cidades e vilas.

D. João I organizou o uso dos *brasões*, para o que estabeleceu os reis de armas, imitação inglesa. Depois D. Afonso V, por carta de 21-Maio-1476, ordenou o registo e tombo dos desenhos de armas, quer dos concedidos, quer dos antigos. Daí nasceu o *Regimento da nobreza*.

Mercê da desordem da *heráldica* lusa mandou D. Manuel I reorganizar a armaria: 1.º — reunindo num volume a pintura dos brasões, com os respectivos registos; 2.º — enviando o bacharel António Rodrigues e o arauto Martim Vaz às côrtes de Espanha e França a estudar as regras do brasão e compendiá-las para uso nacional. Isso originou o *Livro do Armeiro-mor*, que depois foi corrigido e aumentado por António Godinho, escrivão da real câmara, pelo que se lhe mudou o título para *Livro da nobreza e perfeição das armas*. Nesse serviço foi ajudado pelo principal rei de armas e pelo pintor alemão Arriet, ao qual pertencem as melhores iluminuras.

Também D. João V, em 1727, ordenou a revisão do *cartório da nobreza*. Foi reformador o P.º frei José da Cruz, ao qual sucedeu, em 1745, o seu ajudante, Frei Manuel de Santo António, o qual fez o livro *Thesouro da Nobreza das famílias gentílicas do reino de Portugal*, sendo os desenhos de Luís António Xavier.

*Meses da Revolução Francêsa*, a contar de 22-Setembro-1792: vindimário, brumário, frimário, nivoso, pluvioso, ventoso, germinal, florial, *prairial*, messidor,

termidor, frutidor. Dias da mesma: *primidi, duodi, tridi, quartidi, quintidi, sextidi, septidi, octidi, nonidi, decadi.*

Os primeiros *duques*, de Coimbra e Viseu, foram D. Pedro e D. Henrique, filhos de D. João I, mercê havida por seus altos feitos em Ceuta.

O primeiro *marquês* foi D. Afonso, filho do 1.º duque de Bragança. D. Afonso V fê-lo marquês de Valença e conde de Ourém.

O primeiro *conde*, de Barcelos, foi o célebre D. Pedro, presumido autor do «Nobiliario» ou «Livro de Linhagens», por mercê de seu pai D. Dinis. Neste condado foi-lhe sucessor D. João Afonso Telo, por D. Pedro I. Quer Severim de Faria («Noticias de Portugal»), quer D. Luís de Lima («Geographia historica») dizem que antes houve outros condes, apesar de não constarem de senhorio particular em que assentassem os títulos.

O primeiro *visconde*, de Vila Nova de Cerveira, foi D. Leonel de Lima, alcaide-mor de Ponte do Lima, por mercê de D. Afonso V, em mercê de serviços prestados ao rei.

O primeiro *barão*, de Alvito, foi João Fernandes da Silveira, por mercê de D. Afonso V.

A dignidade de *marechal* foi criada em 1382 por D. Fernando, que a deu a Gonçalo Vasques de Azevedo, alcaide-mor de Tôrres Novas e senhor da Lourinhã. O 2.º foi D. Álvaro Pereira, pai de D. Nuno, neto, por bastardia, de Rui Pereira, 1.º conde da Feira. Foi o 3.º D. Fr. Álvaro Gonçalves Camelo, prior do Hospital. O 4.º foi Gonçalo Vasques Coutinho e o 6.º, Vasco Fernandes Coutinho, 1.º conde de Marialva.

Dos primeiros *alferes-mores* não há notícias precisas, antes divergem as opiniões dos escritores velhos. Do tempo de D. Afonso Henriques há referência aos nomes de Garcia Mendes, Álvaro Pires e Pero Pais

da Silva. O nobiliário de D. Pedro aponta como primeiro alferes-mor conhecido um tal D. Fafes Luz, parceiro do conde D. Henrique.

O primeiro *adail-mor* foi Diogo de Barros, filho de Gonçalo Nunes de Barros, senhor de Castro Daire. Todavia Severim Faria, nas «Noticias de Portugal», diz que foi Pedro de Barros.

Os *ricos-homens* duraram até Afonso V. Correspondiam aos condes e barões dos outros países europeus. Os filhos chamavam-se *infanções*, as filhas, *ricas donas*. Seu pendão simbolizava o poder de organizar tropas para a guerra; a caldeira pintada nêle designava o mantimento. As terras de seus solares eram as *honras*.

Os *condes de Vimioso* teem por tronco o 1.º marquês de Valença, filho do 1.º duque de Bragança, bastardo.

Os *condes de Miranda* teem por tronco D. Afonso Dinis, bastardo de Afonso III.

Os *condes do Prado* descendem de Martim Afonso, bastardo de Afonso III.

Os *duques de Bragança* descendem de D. Afonso, bastardo de João I.

Os *condes de Atalaia* derivam de D. João Manuel, bispo da Guarda, bastardo de D. Duarte.

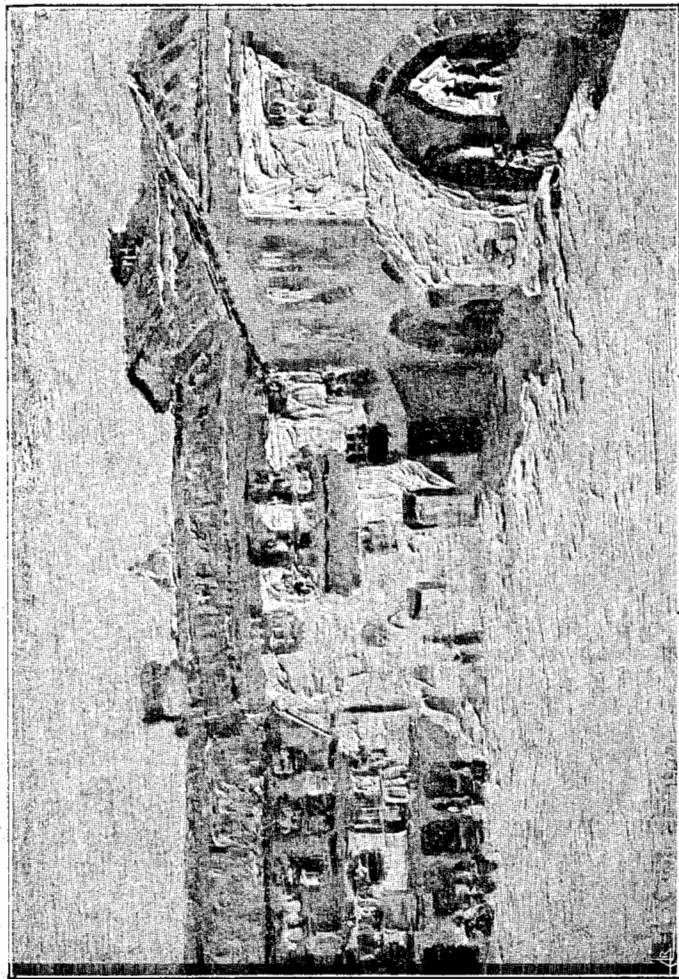
Os *duques de Aveiro* derivam de D. Jorge, duque de Coimbra, bastardo de João II.

Os *Noronhas* prosseguem de D. Isabel, bastarda de D. Fernando.

Os *duques de Albuquerque* procedem de D. Afonso Sanches, bastardo de D. Dinis.

A *capital* ou residência fixa da côrte, não existiu até à novidade dos governos constitucionais. Então, estes, fizeram fixar os poderes públicos numa só residência, centralizando-os. Por isso a côrte vivia ora numa terra ora noutra, mais ou menos demoradamente. Foram residências reais Pôrto, Guimarães, Coimbra, Santarém, Lisboa, Évora, Almeirim, Elvas, Setúbal, Montemor o Velho, Guarda, Viseu e Bragança.

Da criação da capital resultou o congestionamento



UM RECANTO DA PRAÇA DE S. TIAGO — (GUIMARÃES)

(Quadro de ABEL CARROZZO, pintor Vimaranense).

citadino contra a boa economia da nação. O velho sistema era melhor, porque repartia pelas províncias os rendimentos públicos e os respectivos melhoramentos.

A abolição das *corporações de artes e ofícios* decretou-a a França, em 1776, edito de Turgot. A lei Chapelier, 14-Maio-1791, confirmou-a e, mais, proibiu a liberdade de associação ou reunião aos cidadãos da mesma profissão, aos operários e oficiais da mesma arte, para resolução de interesses comuns.

A princípio o *tratamento dos reis* era de mercê e excelência, depois foi de alteza, até 1517, ano em que Carlos V tomou o de majestade.

O título de príncipe, tomou-o a primeira vez D. Afonso V, quando infante; até aí os herdeiros confundiam-se com os mais nobres.

A *excelência*, oriunda da côrte de Bisâncio, coube primeiro a reis e príncipes; depois que estes tomaram alteza, passou a excelência para as altas dignidades, nobres titulares, bispos, ministros e, por obséquio, os conselheiros. *Senhoria* pertencia aos párocos como delegados dos bispos.

Por causa do tratamento de excelência concedido pela pragmática de Filipe I à casa de Bragança, levantou-se a de Aveiro, ofendida, a representar contra o rei.

CARLOS DE PASSOS.